



PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 019/2016

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova, que contém, em suas páginas, 100 (cem) questões objetivas. Confira o caderno, e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo noventa questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de desclassificação das respostas rasuradas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o gabarito preenchido e devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorrida 1 (uma) hora do início da mesma. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. O gabarito com as respostas será publicado no portal da Esmesc, após às 14h30min do dia 12 de novembro de 2016.
10. O dia 14 de novembro de 2016, às 14h30min, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 12 de novembro de 2016

PROVA DE INGRESSO NO MÓDULO III

Edital 019/2016



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao processo legislativo é correto afirmar:

- a) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas e das Polícias Militares.
- b) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- c) A Casa iniciadora, concluída a votação, enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.
- d) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá ratificar a delegação outorgada ao Congresso Nacional.

02. Em relação a ordem econômica é correto afirmar:

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- b) A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
- c) Incumbe ao Poder Público e aos particulares diretamente a prestação de serviços públicos.
- d) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

03. Assinale a alternativa incorreta

- a) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se o trânsito em julgado
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente

04. Assinale a alternativa correta:

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República



Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira

- b) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, além dos casos previstos na Constituição.
- c) A aquisição de outra nacionalidade permite, em todos os casos, que se mantenha a nacionalidade brasileira.
- d) São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidentes do Tribunais superiores.

05. As limitações ao Poder Constituinte Derivado que estabelecem o processo de tramitação (iniciativa, quorum, promulgação) são chamadas de limitações:

- a) Formais.
- b) Materiais.
- c) Temporais.
- d) Circunstanciais.

06. Assinale a alternativa correta:

- a) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei ordinária e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei complementar.
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.

07. Em relação a ordem social assinale a alternativa correta:

- a) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União.
- d) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais que visem à



redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e proporcional as condições sócio- econômicas às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

08. As constituições que são elaboradas por uma assembleia constituinte com membros eleitos pelo povo, são chamadas de:

- a) Concisas.
- b) Rígidas.
- c) Promulgadas.
- d) Dirigentes.

09. Em relação as imunidades parlamentares é correto afirmar

- a) Desde o momento da posse os parlamentares devem ser processados perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Os membros do Congresso Nacional somente podem ser presos em casos de crimes inafiançáveis e em flagrante delito, desde que a decisão seja tomada pela maioria absoluta do plenário do STF.
- c) Os deputados e senadores são imunes materialmente por suas palavras, opiniões e votos desde que estejam relacionadas ao exercício do mandato parlamentar.
- d) Os deputados e senadores são imunes materialmente por suas palavras, opiniões e votos desde que estejam relacionadas ao exercício do mandato parlamentar e que sejam praticados dentro do recinto do Congresso Nacional.

10. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
- c) Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita noventa dias depois da última vaga, diretamente ou pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República nomear e exonerar os Ministros de Estado

11. Em relação a Ação Direta de Inconstitucionalidade é correto afirmar:

- a) É permitido que o Autor venha a pedir a desistência da tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por entender que não deseja prosseguir com o questionamento sobre a



inconstitucionalidade da lei ou ato normativo.

b) Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

c) A medida cautela em Ação direta de Inconstitucionalidade tem efeito ex tunc e determina a suspensão dos processos em tramitação em todas instancias do Poder Judiciário.

d) Ao propor uma Ação direta de Inconstitucionalidade o Presidente da República deve demonstrar a pertinência temática do pedido, em razão de ser considerado legitimado especial.

12. São legitimados a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

a) A Mesa da Assembleia Legislativa ou um mais da metade dos Deputados Estaduais.

b) Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional

c) O Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil

d) O Governador e o Vice Governador do Estado.

13. Assinale a alternativa correta:

a) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

b) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

c) O Presidente da República somente poderá propor Proposta de Emenda Constitucional que versem sobre tema relativos a sua competência privativa para apresentação de projetos de lei.

d) As Assembleias Legislativas das unidades da Federação podem propor proposta de emenda a Constituição, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

14. Assinale a alternativa correta:

a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, dotados de status supralegal.

b) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, sendo em sua incorporação equivalentes as emendas constitucionais..



c) Na sistemática atual de incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, os que forem votados em dois turnos de três quintos dos votos tornam o decreto legislativo que os incorpora equivalente as emendas constitucionais.

d) Na sistemática atual de incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos sempre deve ocorrer o processo que os torna equivalentes as emendas constitucionais.

15. Em relação a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental assinale a alternativa incorreta:

a) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental contra atos negociais de particulares.

b) Caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição

c) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade

d) A liminar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental poderá consistir na determinação de que juízes e tribunais suspendam o andamento de processo ou os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que apresente relação com a matéria objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, salvo se decorrentes da coisa julgada

16. A inconstitucionalidade que decorre da incompatibilidade do conteúdo da lei ou ato normativo federal ou estadual em relação a constituição Federal é chamada de :

a) Inconstitucionalidade formal

b) Inconstitucionalidade superveniente

c) Inconstitucionalidade por omissão

d) Inconstitucionalidade material

17. Em relação a liberdade de expressão e aos meios de comunicação é correto afirmar:

a) A liberdade de expressão tem um amplo âmbito de proteção, englobando todas manifestações Possíveis, inclusive o discurso do ódio.

b) Os meios de comunicação podem, excepcionalmente ser objeto de monopólio ou oligopólio.

c) A liberdade de expressão é um direito fundamental que pode ser exercido pelas pessoas físicas, não cabendo que pessoas jurídicas venham a exercê-la.

d) A liberdade de expressão veda o anonimato e garante o direito de resposta e a reparação por dano moral, a imagem ou material.

18. Assinale a alternativa correta:



- a) As normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata permitem que uma lei posterior venha a restringir seus efeitos.
- b) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata são aquelas que necessitam de legislação posterior para ampliar seus efeitos.
- c) As normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata não necessitam de edição de legislação posterior para ampliar ou restringir seus efeitos, tendo totais condições de produzir todos efeitos possíveis desde sua entrada em vigor.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata não são consideradas auto-aplicáveis, estando relacionadas a estruturação de órgãos e entidades estatais.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- b) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre brasileiros natos e naturalizados com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) A súmula vinculante pode ser objeto de questionamento por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros cidadãos brasileiros, com mandato de 2 anos, admitida duas reconduções.

20. São considerados objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988:

- a) A dignidade da pessoa humana e a justiça social.
- b) A redução das desigualdades regionais e a auto- determinação dos povos.
- c) O pluralismo político e a cidadania.
- d) A erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.



21. Pedro, maior, casado, empresário sofreu um acidente de carro na semana passada e encontra-se em estado de coma no hospital. Os médicos não possuem condições de precisar quando o quadro clínico apresentado melhorará. Nesse sentido, a esposa de Pedro, Maria poderá requerer:

- a) O processo de tomada de decisão apoiada, a fim de que possa auxiliar o marido a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional.
- b) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade relativa, com a designação de Maria como curadora para assistir Pedro de forma a preservar seus interesses.
- c) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade absoluta, com a designação de apoiador para representar Pedro de forma a preservar seus interesses.
- d) Interdição para que Pedro seja reconhecido como absolutamente incapaz e possa ser representado por Maria enquanto nessa condição se encontrar.

22. Paulo em viagem com os filhos e a esposa, acaba por se envolver em acidente de trânsito na BR 101 e, infelizmente, a família vem a falecer. Dado os acontecimentos, não há como saber quem pré-morreu a quem no ocorrido. Neste sentido é correto afirmar:

- a) A declaração de comoriência permite a transmissão de qualquer direito entre as pessoas comorientes.
- b) Neste caso, a indenização decorrente de apólice de seguro de vida em grupo, em que os consortes constavam reciprocamente como beneficiários, é de ser paga de forma a contemplar os herdeiros daquele que pré-morreu ao outro cônjuge.
- c) O juiz deverá declarar a presunção de comoriência.
- d) Neste caso, há direitos sucessórios entre os comorientes e o recebimento das indenizações a título de seguro de vida.

23. Marcos desapareceu de seu domicílio sem deixar “vestígios”, tampouco procurador. Após dois meses, sua esposa Maria ingressou com o pedido de declaração de ausência e pediu para ser nomeada curadora e possa realizar os procedimentos legais necessários para o encaminhamento da abertura da sucessão provisória e, posteriormente, a definitiva. Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Marcos será declarado ausente, Maria será a legítima curadora e, após dois anos da arrecadação dos bens, será possível a abertura da sucessão provisória de Marcos.
- b) Os credores de Marcos que receberem o patrimônio devido para pagamento de suas dívidas deverão restituir a Marcos tais valores, caso ele retorne ainda na fase da sucessão provisória.
- c) Os credores de Marcos que receberam o patrimônio devido para o pagamento de suas dívidas não precisarão restituir a Marcos tais valores, caso ele retorne ainda na fase da sucessão provisória.



d) Uma vez reconhecida a morte presumida de Marcos, caberá à Maria o pedido de divórcio, a fim de regular sua situação civil e, se for o caso, contrair um novo casamento.

24. Sobre a desconconsideração da personalidade jurídica é correto afirmar:

- a) Apenas a parte interessada possui legitimidade para requerer a medida.
- b) É possível a própria pessoa jurídica requerê-la, em seu favor, com vistas a obter a responsabilização pessoal de um de seus sócios que, eventualmente, tenha abusado de sua condição, causando prejuízo à própria empresa.
- c) O incidente poderá ser instaurado apenas em sede de recurso.
- d) A desconconsideração da pessoa jurídica, uma vez autorizada pelo Poder Judiciário, afasta dos bens dos sócios a responsabilidade pelas dívidas assumidas em nome da sociedade.

25. Mauro e Janete são casados pelo regime da comunhão parcial de bens e são pais de dois filhos maiores. Mauro possui um imóvel - fruto de herança recebida de seu pai - e deseja vendê-lo para que possa utilizar o valor recebido na compra de carro luxuoso que sempre desejou. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) Mauro precisará da vênua conjugal de Janete e da concordância dos filhos para a venda do imóvel.
- b) A legislação dispensa a anuência de Janete neste caso.
- c) Janete pode negar-se a anuir com a venda dada a futilidade do motivo alegado pelo marido, de forma a impedir que Mauro realize o negócio jurídico, não restando outra saída a este a não ser o suprimento via Poder Judiciário.
- d) Mauro precisará, tão-somente, da concordância dos filhos para a venda do bem.

26. Sobre a impenhorabilidade do bem de família é incorreto afirmar:

- a) A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeitos de penhora.
- b) O imóvel em construção é impenhorável, desde que comprovada a sua finalidade residencial.
- c) Apartamentos unificados e comprovada a sua utilização conjunta por único grupo familiar não são passíveis de penhora.
- d) Imóvel adquirido com verba subtraída ilicitamente está abarcado pela proteção do bem de família.

27. Paulo pagou dívida do irmão, a fim de que o nome da família não ficasse “manchado” na cidade onde moram. O recibo de pagamento foi realizado em nome e à conta do próprio Paulo. Neste caso, assinale a alternativa correta:

- a) Diante da recusa do credor em receber, Paulo pode usar dos meios conducentes à exoneração

do devedor.

- b) Paulo não se sub-roga nos direitos do credor, o que só ocorre quando o pagamento é feito por terceiro interessado, mas, ainda assim, terá direito de regresso contra o irmão.
- c) Paulo se sub-roga legalmente nos direitos do credor, podendo regredir contra o irmão para recobrar dele o que pagou para exonerá-lo.
- d) Paulo fica inibido de pagar, se o irmão se opõe ao pagamento de sua dívida.

28. Com relação à posse, assinale a alternativa correta:

- a) A posse do imóvel não faz presumir, até prova contrária, a das coisas móveis que nele estiverem tendo em vista que são posses distintas, com efeitos distintos.
- b) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- c) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, não poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, devendo estes serem praticados sempre em conjunto.
- d) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.

29. Relativamente ao Direito Sucessório, é incorreto afirmar:

- a) É possível nomear testamenteiro em codicilo.
- b) O Código Civil permite expressamente que se realize testamento hológrafo.
- c) Cônjuge casado pelo regime da separação obrigatória de bens não é herdeiro quando não há descendentes nem descendentes na linha sucessória.
- d) Na linha colateral, se apenas concorrerem tios e sobrinhos aos bens do falecido, que não é casado, nem deixa pais e filhos, os sobrinhos serão chamados à sucessão.

30. A figura do abuso do direito permite que se limitem atos que, embora corretos em si, colidam com os valores do sistema jurídico. Nesse sentido, é incorreto afirmar:

- a) O abuso do direito é espécie de ilícito objetivo, conforme a doutrina contemporânea.
- b) O abuso do direito poderá ser reconhecido em qualquer instância.
- c) A sanção ao ato praticado com abuso será determinada pelo juiz, caso a caso, e não necessariamente pressupõe a existência de um dano.
- d) A responsabilidade civil decorrente do abuso de direito depende da verificação da culpa ou dolo do agente.

31. Embora o elemento volitivo não tenha o condão de alterar o curso do prazo prescricional, ele pode ser impedido, suspenso ou interrompido em determinadas hipóteses. Assinale a alternativa correta:

- a) Como não há previsão legal acerca dos companheiros, corre prescrição entre companheiros

na constância da união estável.

- b) Excepcionalmente, corre prescrição entre tutelados e curatelados e seus tutores e curadores, durante o exercício de *mínus* da tutela ou da curatela.
- c) Em se tratando de menor submetido ao poder familiar, o prazo prescricional somente terá início da data em que atingir a maioridade civil ou for emancipado.
- d) Admite-se a fluência do prazo prescricional aquisitivo durante a relação conjugal, quando há separação de fato pelo mínimo de dois anos.

32. Um aparelho de ar-condicionado em uma casa pode ser classificado, de acordo com a legislação civil:

- a) Pertencas.
- b) Acessórios.
- c) Partes integrantes.
- d) Bem principal.

33. Antônio, vivendo sob a guarda de seus pais, aos dezessete anos de idade tomou emprestada a bicicleta de sua mãe e, ao conduzi-la de forma imprudente no caminho para a escola, lesionou José que ajuizou ação buscando a reparação de seus prejuízos. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) A escola será responsável pelos danos causados, haja vista a incidência da teoria da guarda.
- b) Os pais de Antônio poderão eximir-se da responsabilidade pela reparação do dano se comprovarem que não contribuíram culposamente para o dano.
- c) Os pais de Antônio respondem independentemente de culpa ou dolo, podendo buscar no patrimônio do filho os valores despendidos para esse fim.
- d) Os pais de Antônio respondem independentemente de culpa ou dolo, não sendo possível buscar no patrimônio do filho os valores despendidos para esse fim.

34. Marcos foi reconhecido aos dois anos de idade por José, homem que conviveu com sua mãe por dez anos, muito embora não fosse ele seu pai biológico. Após doze anos de convivência, o relacionamento entre sua mãe e José terminou e Marcos perdeu o contato com ele. Agora, aos 19 anos, Marcos deseja “retirar” o nome de José de seu registro, tendo em vista não ser seu pai biológico e com ele não ter mais convivência. Assinale a alternativa correta:

- a) O sistema jurídico não acolhe a pretensão de Marcos, haja vista a existência de filiação socioafetiva entre Marcos e José.
- b) É possível a Marcos afastar esse reconhecimento; trata-se de direito potestativo previsto em lei.



- c) Marcos apenas poderá ingressar com ação de investigação de paternidade indicando o suposto pai para fins de alteração no registro civil.
- d) Marcos apenas poderá ingressar com ação de investigação de paternidade indicando o suposto pai para fins de alteração no registro civil até os 21 anos de idade.

35. João e Berta, casados no regime da comunhão universal de bens, falecem no mesmo acidente aéreo. O patrimônio de ambos, a inventariar, é representado por R\$ 600.000,00 em dinheiro. O varão deixa os pais e dois irmãos. A varoa, dois irmãos. É reconhecida a comoriência. A herança deve tocar:

- a) Toda para os pais do varão (R\$ 600.000,00).
- b) Metade para os pais do varão (R\$ 300.000,00), metade para os irmãos da varoa (R\$ 300.000,00).
- c) 1/6 para todos, ou seja, para os 4 irmãos dos falecidos e para os pais do varão.
- d) Metade (R\$ 300.000,00) para os irmãos do varão e metade (R\$ 300.000,00) para os irmãos da varoa.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas em testamento cerrado o testador pode reconhecer filho havido fora do casamento.
- b) Se o herdeiro maior prejudicar os seus credores, renunciando a herança, poderão eles aceitá-la em nome do renunciante, desde que haja a concordância do Ministério Público.
- c) Por lei, a legítima é calculada sobre o valor dos bens existentes na abertura da sucessão, abatidas as dívidas e as despesas do funeral, adicionando-se, em seguida, o valor dos bens sujeitos a colação.
- d) A lei que rege a sucessão é a lei que vigora há época da abertura do inventário.

37. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O ascendente que houver se despojado de seus bens a favor da prole, se, na velhice, ficar sem condições de prover o próprio sustento, tem direito a reclamar alimentos dos filhos maiores e capazes até em caráter provisional.
- b) Dissolvida a união estável, será devida assistência material por um dos conviventes ao que dela necessitar, a título de alimentos.
- c) O pai que tiver suspenso o pátrio poder por decisão judicial fica desobrigado de pagar alimentos ao filho menor, enquanto durar a suspensão.
- d) A pessoa que recebe pensão do ex-cônjuge e constitui posteriormente união estável com outra pessoa deve, em atenção ao princípio da boa-fé objetiva, informar em juízo a nova situação fática, sob pena de, excepcionalmente em matéria de alimentos, ser condenada a devolver os valores recebidos após o início da nova união.



38. Assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa absolutamente incapaz em razão de deficiência mental ou intelectual não poderá contrair matrimônio.
- b) O casamento putativo, realizado a despeito de impedimento absoluto, portanto nulo e assim declarado judicialmente, acarreta a nulidade dos atos praticados até então e relacionados com essa situação.
- c) Casamento nuncupativo é uma forma especial de celebração de ato nupcial, denominado casamento morganático, também chamado de “mão esquerda”.
- d) As causas suspensivas do casamento não impedem a caracterização da união estável.

39. Pedro deve a João R\$ 250.000,00. João se propõe a liberar Pedro, se ele concordar em contrair com Antonio, dívida de igual quantia. Se a proposta for aceita, o débito de Pedro, para com João desaparece e surge uma nova dívida de Pedro para com Antonio. Neste caso figura-se a novação:

- a) Subjetiva ativa.
- b) Subjetiva passiva por expromissão.
- c) Subjetiva passiva por delegação.
- d) Real.

40. Sobre a invalidade dos atos e negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) Presumem-se fraudulentárias dos direitos dos outros credores as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum devedor.
- b) Mesmo nos casos em que seja possível a redução do proveito obtido pela parte, deverá o juiz anular o negócio jurídico.
- c) Fraude contra credores é todo ato suscetível de diminuir ou onerar seu patrimônio, reduzindo ou eliminando a garantia que este representa para o pagamento de suas dívidas, praticado por devedor insolvente, ou por ele reduzido à insolvência.
- d) O estado de necessidade diferencia-se do estado de perigo. Naquela, há afetação da declaração de vontade do contratante, diminuindo a sua liberdade por temor de dano à sua pessoa ou à pessoa de sua família ao passo em que nesta, por ser mais amplo, abrange a responsabilidade por danos, tanto no direito penal quanto no direito civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. O Código de Processo Civil (CPC) trouxe, em seu texto, a reprodução de princípios já existentes na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). Sobre o tema,

assinale a alternativa correta:

- a) Por se tratar de norma prevista no CPC, não configuram princípios, mas regras estritas.
- b) Por haver previsão expressa do mesmo princípio na CRFB e no CPC, a ofensa a alguma deles será considerada reflexa à Constituição, podendo ensejar a conversão de eventual recurso extraordinário em recurso especial.
- c) O CPC previu que a duração razoável do processo somente é aplicada em relação à fase de conhecimento do processo, e não à atividade executiva.
- d) Os princípios previstos no CPC que tiverem previsão literal idêntica daqueles previstos na Constituição Federal não terão aplicabilidade, senão subsidiária.

42. Com uma preocupação especial ao princípio do contraditório, o legislador estabeleceu uma regra geral no art. 10 do CPC: “Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

Sobre o princípio do contraditório, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode, excepcionalmente, reconhecer a prescrição intercorrente no processo sem a necessidade de intimar as partes.
- b) O juiz pode indeferir a petição inicial, liminarmente, quando reconhecer a prescrição de ofício.
- c) O juiz pode reconhecer a prescrição liminarmente, sem a necessidade do contraditório, julgando improcedente o pedido.
- d) O princípio do contraditório não comporta exceções.

43. Sobre a impenhorabilidade de bens, assinale a alternativa correta:

- a) Os instrumentos de trabalho do produtor rural poderão ser penhorados em execução de alimentos, trabalhista ou previdenciária.
- b) O salário e as demais verbas remuneratórias de caráter alimentar percebidas pelo executado somente poderão ser penhorados nas execuções de alimentos.
- c) O anel de núpcias é absolutamente impenhorável.
- d) O uso do bem de família para transferir a impenhorabilidade a bem mais valioso não configura fraude à execução.

44. Sobre o sistema de cooperação judiciária nacional previsto no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) Pode haver a prática de atos executivos entre juízos concertantes.
- b) Os atos praticados não precisam, necessariamente, ser autuados.



- c) O pedido de cooperação nacional pode ser realizado entre órgãos jurisdicionais e administrativos.
- d) Esse sistema acaba com as hipóteses de cabimento das cartas precatória e de ordem.

45. Sobre a atuação dos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta:

- a) A massa falida é representada judicialmente pelo comissário.
- b) A incapacidade processual constitui vício insanável, e resulta, necessariamente, em sentença terminativa.
- c) O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- d) No sistema processual brasileiro atual, o cônjuge não precisará do consentimento do outro para propor qualquer tipo de ação.

46. O CPC regulamentou a questão relativa aos honorários no processo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Os honorários de advogado possuem caráter alimentar, sendo permitida a sua compensação em caso de sucumbência recíproca.
- b) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as custas e honorários.
- c) O magistrado somente poderá arbitrar o valor dos honorários fora do patamar de 10% a 20% quando a Fazenda Pública for parte ou quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.
- d) Os honorários nas execuções contra a Fazenda Pública serão arbitrados em 10% ao despachar a inicial.

47. Fulano procura seu advogado a fim de resolver um problema decorrente de uma promessa de compra e venda de imóvel. No contrato, a construtora lhe cobrou juros capitalizados mês a mês, e o saldo devedor já extrapola o valor do imóvel. Fulano está com seu nome inscrito no SERASA. A construtora ainda não entregou o apartamento, o que significa que fulano vive em imóvel alugado. Sua renda é comprometida com todos esses gastos, e ele precisa de uma solução jurídica.

Com base no enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Para ser beneficiado com a Justiça Gratuita, Fulano deverá, necessariamente, apresentar declaração de hipossuficiência de próprio punho, por si assinada.
- b) Somente se lhe for concedido o benefício da Justiça Gratuita, Fulano poderá pagar eventuais honorários periciais em duas prestações, sendo 50% na homologação dos honorários pelo magistrado e os outros 50% quando do encerramento da perícia, com a prestação de todos os esclarecimentos pelo perito.



- c) Fulano poderá requerer que o juiz conceda, em sede liminar, a suspensão do pagamento total das prestações, desde que comprove que, se calculados juros simples, o imóvel já teve seu preço quitado.
- d) Fulano, mesmo comprovando que já quitou o preço do imóvel em caso de cômputo de juros simples, deverá permanecer pagando as parcelas nos termos do contrato.

48. Sobre as intervenções de terceiro, assinale a alternativa correta:

- a) A oposição não constitui modalidade de intervenção de terceiro.
- b) A nomeação à autoria foi extinta no novo CPC.
- c) A assistência não constitui modalidade de intervenção de terceiro, mas de litisconsórcio.
- d) A desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica pode ser deferida pelo magistrado de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público.

49. Fulano propõe ação em face do plano de saúde do qual é signatário. Na inicial, dispõe o seguinte:

- 1) requer a condenação do Plano para custear-lhe o tratamento indicado pelo oncologista, para o tratamento do câncer, em sede de antecipação de tutela a ser concedida em caráter liminar, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária.**
- 2) indica como futuro pedido principal a ser formulado a condenação do Plano, em sentença, confirmar a tutela antecipada em caráter definitivo.**
- 3) indica também como futuro pedido principal a ser formulado, a condenação do requerido ao pagamento de danos morais em valor a ser arbitrado pelo juízo.**

Sobre o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Esse tipo de apresentação de pedidos a serem formulados não existe.
- b) Se o magistrado conceder a tutela cautelar pretendida, ela poderá se estabilizar em caso de não interposição de recurso pelo Plano.
- c) Se o magistrado conceder a tutela pleiteada, será de natureza cautelar e, portanto, não transitará em julgado.
- d) As custas processuais são pagas com base no valor de todos os pedidos, formulados e a serem formulados.

50. Sobre o julgamento conforme o estado do processo, assinale a alternativa correta:

- a) As decisões parciais de mérito, mesmo transitando em julgado e sendo objeto de execução definitiva, são recorríveis por agravo de instrumento.
- b) O acordo celebrado pelas partes não poderá dizer respeito a apenas parcela do mérito, mas, somente a todo, pondo fim ao processo.
- c) Sentença é o ato do juiz que põe fim ao processo.



d) A parte pode desistir de todos os pedidos ou de apenas alguns, mas isso somente pode acontecer após a citação do réu.

51. Sobre a sentença, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão judicial deve ser interpretada restritivamente consoante o disposto no dispositivo, sem a necessária conjugação de todos os seus elementos, como o relatório e a fundamentação.
- b) Se a parte invocar jurisprudência e pedir o julgamento conforme, o juiz não é obrigado a se manifestar sobre ela na sentença.
- c) Não se considera fundamentada a decisão que enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- d) Não se considera fundamentada a sentença que, entre outros, deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

52. A Fazenda Pública em juízo trabalha com direitos indisponíveis. Em algumas hipóteses, esses direitos admitirão transação. Noutras, não. Mas isso somente será possível quando houver autorização legal expressa. Com base no enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Não haverá remessa necessária nas hipóteses em que o juiz de primeiro grau julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal consoante o disposto em súmula de tribunal superior.
- b) É possível à Fazenda Pública renunciar a direitos que versem sobre bens imóveis públicos, desde que de valor inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.
- c) A remessa necessária será aplicável a todas as sentenças de primeiro grau para as quais a Fazenda Pública não interpuser o recurso de apelação.
- d) O enunciado está equivocado, pois o direito público será sempre indisponível e, portanto, jamais será possível à Fazenda Pública efetuar qualquer tipo de transação.

53. Sobre a execução de alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) O desconto em folha de pagamento do executado somente é possível em relação às parcelas vincendas, jamais para o pagamento das vencidas parceladamente.
- b) A prisão do devedor de alimentos constitui modalidade punitiva de encarceramento.
- c) A prisão do devedor de alimentos somente será elidida antes do término do prazo determinado pelo juiz se o executado pagar as vencidas e as vincendas.
- d) Na execução provisória de alimentos, o levantamento das quantias em dinheiro depositadas somente será possível após o trânsito em julgado da decisão final.



54. Sobre as ações possessórias, assinale a alternativa correta:

- a) É lícito cumular possessória com indenização dos frutos.
- b) O CPC não admite a fungibilidade entre reintegração e manutenção de posse.
- c) Se o réu provar, em qualquer tempo, que o autor provisoriamente mantido ou reintegrado na posse carece de idoneidade financeira para, no caso de sucumbência, responder por perdas e danos, o juiz revogará a ordem possessória e devolverá, necessariamente, a posse do bem ao réu.
- d) O interdito proibitório é cabível, também, nos casos de esbulho possessório.

55. Se houver julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária do tribunal que envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, será admissível:

- a) Reclamação.
- b) Assunção de competência.
- c) Agravo regimental.
- d) Incidente de resolução de demandas repetitivas.

DIREITO PENAL

56. Em razão do princípio da legalidade, assinale a assertiva correta, em relação ao Direito Penal brasileiro:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia previsão legal.
- b) É vedado o uso da analogia.
- c) Admite-se a tipificação de crimes se a conduta prevista como tal for veementemente rechaçada pela sociedade brasileira.
- d) O juiz pode aplicar a pena que considerar mais adequada ao caso concreto, mesmo que não seja legalmente prevista.

57. Lúcio entra na casa de Pedro, visando arrombar o cofre o fazer a subtração de todo o numerário que lá encontrar. Antes de proceder qualquer ato de arrombamento do cofre, Lúcio decide abandonar a casa de Pedro, sem nada levar. Lúcio:

- a) Cometeu invasão de domicílio.
- b) Não cometeu crime algum.
- c) Cometeu tentativa de dano.
- d) Cometeu tentativa de furto com rompimento de obstáculo.

58. É isento de pena:



- a) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

59. Assinale a assertiva correta em relação à legítima defesa:

- a) Exclui a ilicitude do fato, com a redução da pena de um a dois terços.
- b) Por ser uma excludente de ilicitude, afasta o caráter criminoso do fato praticado.
- c) Exclui a tipicidade do fato, com a redução da pena de um terço até metade.
- d) Exclui a tipicidade do fato, de forma que permite a redução da pena de um a dois terços.

60. Entre os requisitos necessários para a caracterização do concurso de pessoas, não se inclui:

- a) O prévio ajuste entre os agentes.
- b) A relevância causal das condutas dos agentes.
- c) O liame subjetivo entre os agentes.
- d) A pluralidade de agentes.

61. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- b) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queira praticar o crime.
- c) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a culpa, mas permite a punição por crime doloso, se previsto em lei.

62. Em relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:



- a) É obrigatório para os presos provisórios.
- b) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.
- c) Uma vez que é obrigatório, não é remunerado.
- d) Cada 5 (cinco) dias trabalhos permitem a redução de 1 (um) dia de pena.

63. Sobre as penas restritivas de direitos, está incorreta a afirmativa:

- a) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a 3 (três) meses de privação de liberdade.
- b) As penas restritivas de direitos são autônomas e, quando adimplidas alguns requisitos, substituem as penas privativas de liberdade.
- c) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
- d) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

64. O método dosimétrico utilizado pelo ordenamento jurídico brasileiro consiste no método:

- a) Bifásico.
- b) Da Preponderância.
- c) Trifásico.
- d) Do Duplo Binário.

65. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. Essa forma de concurso de crimes consiste em:

- a) Concurso formal perfeito.
- b) Concurso formal imperfeito.
- c) Crime continuado.
- d) Concurso material.

66. Álvaro atira diversas vezes contra Maurício, com *animus necandi*. Os disparos, além de ferir mortalmente Maurício, atingem também Vargas, que estava circunstancialmente passando pelo local. Vargas também morre na hora. Álvaro responderá por:

- a) Pelo duplo homicídio, em concurso formal.
- b) Um homicídio doloso contra Maurício, tão somente.
- c) Pelo duplo homicídio, em concurso material



d) Pelo duplo homicídio, em continuidade delitiva.

67. Não constitui causa interruptiva da prescrição:

- a) A pronúncia.
- b) O recebimento da denúncia ou da queixa.
- c) A reincidência.
- d) O recebimento do aditamento da denúncia.

68. Uma mulher grávida procura por um médico para praticar um aborto, eis que comprovadamente havia sido estuprada. O médico executa o procedimento com sucesso. Em relação às condutas de ambos, pode-se dizer:

- a) A mulher praticou crime de aborto, mas o médico não.
- b) São fatos típicos mas não ilícitos.
- c) O médico praticou crime de aborto, mas a mulher não.
- d) Ambos devem responder pelo crime de aborto.

69. Aquele que dolosamente agride alguém e, devido à violência da agressão, causa a perda da visão de um olho da vítima pratica:

- a) Lesão corporal gravíssima.
- b) Lesão corporal leve.
- c) Lesão corporal grave.
- d) Lesão corporal culposa.

70. Em relação aos crimes contra a honra, é correto afirmar:

- a) Em todas as hipóteses, aumenta-se a pena em um terço, se o crime é praticado contra funcionário público, em razão de suas funções.
- b) Em todas as hipóteses, cabe exceção da verdade.
- c) Em todas as hipóteses, cabe retratação.
- d) Em todas as hipóteses, processam-se por ação penal privada.

71. O crime de roubo se classifica como:

- a) Próprio e de dano.
- b) Instantâneo e de efeitos permanentes.
- c) De perigo.
- d) Complexo e de dano.

72. Assinale a assertiva incorreta:



- a) O crime de extorsão consoma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.
- b) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, e por este absorvido.
- c) No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.
- d) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual.

73. Sobre as Leis 11.340/06 e 11.343/06, é correto afirmar:

- a) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada.
- c) A suspensão condicional do processo e a transação penal se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- d) É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/2006, desde que o resultado das incidências das suas disposições, na íntegra seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, permitindo-se, inclusive, a combinação de leis.

74. Aquele que paga a vantagem indevida requerida por funcionário público, em razão da função deste:

- a) Não comete crime algum, pela falta de previsão legal de sua conduta.
- b) Comete corrupção passiva.
- c) Comete concussão.
- d) Comete corrupção ativa.

75. Assinale a assertiva incorreta:

- a) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- b) É permitida a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
- c) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- d) A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal. .



DIREITO PROCESSUAL PENAL

76. Considerando os princípios processuais penais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da identidade física do juiz possui aplicação ao processo penal diante de alteração realizada no Código de Processo Penal.
- b) Segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a execução provisória da pena viola o princípio do estado de inocência.
- c) O princípio do estado de inocência impede que sejam tomadas medidas que limitem a liberdade do indivíduo antes do término do processo, mesmo que a título de medida cautelar.
- d) O princípio da obrigatoriedade impõe ao juiz o dever de julgar o mérito de toda demanda, inclusive a ação penal privada.

77. Indique a assertiva que apresenta erro no que toca ao inquérito policial:

- a) Possui prazos para confecção estando o réu preso ou solto, mas eventual descumprimento não importa em nulidade do procedimento ou da ação penal.
- b) É peça indispensável à propositura da ação penal, devendo sempre acompanhar a denúncia.
- c) Depois de instaurado não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo revelando evidente caso de excludente de ilicitude ou atipicidade.
- d) É a primeira fase da *persecutio criminis*, objetivando formar a *opinio delicti* do titular da ação penal.

78. Acerca da ação penal privada, é acertado afirmar:

- a) Vigora o princípio da oportunidade, antagônico ao da obrigatoriedade.
- b) Admite o perdão e a renúncia, todavia não aceita a ocorrência de preempção.
- c) Em qualquer caso o prazo decadencial para oferecimento da queixa inicia na data em que se tornou conhecido o seu autor.
- d) Não há pagamento de custas processuais ou preparo de recurso em caso de ação penal privada.

79. Sobre a ação civil *ex delicto*, indique a alternativa que não pode ser tomada como realmente verdadeira:

- a) É a ação proposta pelo ofendido na esfera cível, objetivando o ressarcimento integral dos danos sofridos com o ilícito.
- b) Não é necessário que a vítima aguarde o desfecho da ação penal para propor ação de indenização.
- c) A sentença penal absolutória impede a propositura de ação de reparação de danos.
- d) A sentença penal condenatória transitada em julgado torna certo o dever de reparar o dano.



80. No que toca à competência no processo penal, escolha a assertiva verdadeira:

- a) A competência por distribuição ocorrerá quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições.
- b) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo se conhecido o lugar da infração.
- c) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será estabelecida pelo domicílio ou residência do réu.
- d) A competência será determinada pela conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

81. Relativamente às provas no processo penal, indique a opção falsa:

- a) A acareação não é permitida entre acusados.
- b) Salvo eventuais limitações da lei, as partes podem apresentar documentos em qualquer fase do processo.
- c) A confissão é divisível e retratável, e o juiz deverá confrontá-la com as demais provas dos autos a fim de observar se há entre elas concordância ou compatibilidade.
- d) As provas reconhecidas como ilícitas devem ser desentranhadas do processo, mas o mesmo juiz que declarou a ilicitude ainda assim pode julgar o feito.

82. Quanto à prisão preventiva, aponte a alternativa correta:

- a) Uma vez revogada a preventiva, não pode mais ser redetida pelo mesmo motivo anterior.
- b) O magistrado não pode decretar de ofício a prisão preventiva na fase da investigação policial.
- c) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 (setenta) anos.
- d) É medida obrigatória sua decretação quando o agente é preso em flagrante por delito que veda a liberdade provisória ou a fiança.

83. No que tange às medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 e ss. do CPP), escolha a opção que apresenta erronia:

- a) Podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente.
- b) Não podem ser aplicadas à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade.
- c) Deve ser demonstrada sua necessidade e adequação ao caso, podendo ser decretadas tanto no curso da investigação criminal como durante a ação penal.
- d) O descumprimento das medidas impostas importa na automática conversão em prisão preventiva.

84. Tendo em conta as nulidades no processo penal, é falso afirmar:

- a) Não se decretará a nulidade de ato que, mesmo praticado de forma diversa da prevista em lei, atingir sua finalidade, não ocasionando prejuízo.
- b) A nulidade absoluta não está sujeita, em regra, à preclusão, podendo ser reconhecida de ofício.
- c) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser sanada mediante ratificação dos atos processuais, desde que ainda esteja na fase inicial de instrução do processo.
- d) É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.

85. É permitido afirmar, no tocante aos recursos criminais:

- a) A regra é a voluntariedade, havendo poucos casos de recurso de ofício ou necessários, que em verdade são condição para o trânsito em julgado da sentença.
- b) O provimento de recurso interposto por réu não pode prejudicar ou beneficiar aquele que não recorreu.
- c) No processo penal as partes podem desistir dos recursos que interpuserem.
- d) Em qualquer caso, se o juiz reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.

86. Indique a opção correta sobre as perícias no processo penal:

- a) Pode ser determinada sua realização pela autoridade policial, na fase do inquérito, ou pela autoridade judicial, no curso da ação, somente diante de requerimento das partes.
- b) O juiz ficará adstrito ao laudo, podendo dele discordar apenas se realizado novo exame ou outro complementar.
- c) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- d) Podem ser realizadas por apenas um perito oficial ou, na sua falta, por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica.

87. Indique a alternativa que não apresenta equívoco em relação à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84):

- a) Apenas os condenados cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto podem obter permissão de saída do estabelecimento, mediante escolta, nos casos estabelecidos na lei.
- b) Os condenados em regime semiaberto podem obter saída temporária para visita à família se satisfeitos os requisitos específicos da lei.
- c) A fiscalização por meio da monitoração eletrônica é permitida somente para os casos de saída



temporária.

d) É condição obrigatória, no livramento condicional, o recolhimento à habitação em hora fixada.

88. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, é permitido afirmar:

- a) A suspensão condicional do processo prevista na lei também pode ser oferecida em casos onde os delitos não são considerados de menor potencial ofensivo.
- b) Os recursos oriundos dos Juizados Especiais Criminais serão apreciados pelo Tribunal de Justiça, via de regra.
- c) A composição civil entre ofendido e autor do fato não pode impedir a propositura da ação penal, pois se limita à esfera cível.
- d) A transação penal deve ser proposta juntamente com o oferecimento da denúncia.

89. Sobre a prisão temporária (Lei nº 7.960/89), aponte a alternativa equivocada:

- a) Somente pode ser decretada na fase do inquérito policial em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- b) É admitida somente para os delitos expressamente elencados na lei específica.
- c) Terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d) Também é passível de decretação quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.

90. Quanto aos termos da lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), é equivocado aduzir:

- a) Estabelece que o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um terço até a metade.
- b) Não admite a concessão de anistia, graça, indulto e fiança.
- c) Em caso de condenação, permite ao juiz autorizar que o réu apele em liberdade.
- d) A progressão de regime, no caso dos condenados a crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.

LÍNGUA PORTUGUESA

91. Assinale, nas séries que se seguem, aquela em que pelo menos uma palavra apresenta erro no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) Semiaberto / intermunicipal.
- b) Anti-higiênico / sobre-humano.



- c) Super-homem /infra-estrutura.
- d) Anteontem / autoestrada.

92. De acordo com a nova ortografia da língua portuguesa, marque o único vocábulo acentuado corretamente:

- a) Pára (verbo).
- b) Pôr (verbo no infinitivo).
- c) Pôde (3ª pessoa do singular do presente do indicativo).
- d) Pôr (preposição).

93. De acordo com a nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o erro de acentuação gráfica:

- a) Eles creem que os resultados sejam satisfatórios.
- b) Eles vem fazer a prova em Florianópolis.
- c) Eles veem a confusão e não fazem nada.
- d) Ele lê o manual com atenção.

94. Assinale a alternativa com erro de acentuação gráfica:

- a) Neste momento de aula, os estudantes releem os conceitos.
- b) Cada qual faz como melhor lhe convém.
- c) Eles têm um otimismo invejável.
- d) Eles mantêm todos os quadros na parede da sala.

95. Assinale a alternativa incorreta no tocante às regras de colocação pronominal:

- a) A próclise é obrigatória quando há, antes do verbo, palavra de sentido negativo.
- b) A próclise é obrigatória quando há, antes do verbo, pronomes relativos.
- c) A mesóclise somente ocorre com verbo no futuro do pretérito.
- d) A ênclise é obrigatória quando a frase inicia com verbo, desde que este não esteja no futuro do presente nem no futuro do pretérito.

96. Marque a alternativa em que o pronome está empregado de modo correto:

- a) Alguém persegue-me.
- b) Jamais exponhas-te ao perigo.
- c) Os processos que enviaram-me estão engavetados.
- d) Alegrar-nos-íamos de seu retorno.

97. Assinale a alternativa em que o pronome está empregado de modo incorreto:



- a) Tudo emociona-me.
- b) Amar-te-ei para sempre.
- c) Procurar-te-ia a vida toda.
- d) Em se tratando de dinheiro, penso que podemos conversar.

98. Em que item o pronome está empregado de modo incorreto?

- a) Deus te proteja!
- b) Quem te falou?
- c) Ninguém me contou sobre sua viagem.
- d) Nada incomoda-me.

99. Assinale a opção em que o porquê está empregado incorretamente:

- a) Ela é a mulher porque me apaixonei.
- b) Qual o porquê de sua revolta.
- c) Por que você não veio?
- d) Ele não pode comparecer porque estava trabalhando.

100. Assinale a alternativa incorreta no tocante ao uso dos porquês:

- a) Eu não sei o porquê de sua tristeza.
- b) Por que você faz tantas coisas ao mesmo tempo?
- c) Existe um porque de você estudar tanto?
- d) A porta da sala de aula sempre está aberta por quê?

Qst	Gab	Qst	Gab	Qst	Gab	Qst	Gab
01		26		51		76	

TIPO: 1



ESMESC

Escola Superior
da Magistratura
do Estado de
Santa Catarina

02		27		52		77	
03		28		53		78	
04		29		54		79	
05		30		55		80	
06		31		56		81	
07		32		57		82	
08		33		58		83	
09		34		59		84	
10		35		60		85	
11		36		61		86	
12		37		62		87	
13		38		63		88	
14		39		64		89	
15		40		65		90	
16		41		66		91	
17		42		67		92	
18		43		68		93	
19		44		69		94	
20		45		70		95	
21		46		71		96	
22		47		72		97	
23		48		73		98	
24		49		74		99	
25		50		75		100	

Gabarito - Rascunho